



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

## **N.º 319, DE 2005**

**(Do Sr. Vanderlei Assis)**

Veda a cobrança de taxas bancárias de trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PLP-19/2003.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxas bancárias, relativas a manutenção de contas em instituições do Sistema Financeiro Nacional, os trabalhadores que recebam rendimentos não superiores a cinco salários mínimos.

Parágrafo único. A condição de isenção referida no *caput* será atestada mediante termo de declaração firmada pelo correntista beneficiado por esta Lei.

Art. 2º Em caso de movimentação de valores pelo titular da conta, incompatíveis com a renda prevista para isenção, a instituição poderá cobrar as taxas de serviços bancários.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O art. 192, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 40, de 2003, dispõe que o Sistema Financeiro Nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.

Revela-se clara a intenção do Constituinte em promover o equilíbrio entre o lucro do empreendimento financeiro e os interesses não mercantis da sociedade brasileira.

Nos últimos anos, completamos um processo de inteira submissão das transações financeiras da população brasileira à intermediação das instituições bancárias. Mesmo os trabalhadores mais humildes, com baixíssima renda, são obrigados a possuir e a operar uma conta bancária para receber seus salários ou a renda de trabalho não assalariado e pagar suas contas e despesas pessoais. Esse fenômeno, que chamaremos de “bancarização” da sociedade brasileira, tem como consequência o fato de que ter um conta bancaria não é uma opção, mas uma imposição. Trata-se, hoje, de um serviço necessário para o

exercício da cidadania. Nesse quadro, não se nos afigura justo que trabalhadores de baixa renda, obrigados a manejar uma conta bancária, sejam obrigados a arcar com o custo de taxas de serviços incompatíveis com a renda que auferem. Os bancos, todos sabemos, auferem lucros extraordinários com o mercado brasileiro. A contribuição social que darão é compatível com o que estabelece a lei e com o retorno que obtêm.

O art. 192 da Constituição da República também dispõe que o Sistema Financeiro regulado por leis complementares, razão pela qual apresentamos este Projeto de Lei Complementar, para o qual pedimos aos nossos pares o necessário apoio.

Sala das Sessões, em 10 de novembro 2005.

Deputado VANDERLEI ASSIS

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VII  
DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

.....

**CAPÍTULO IV  
DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis

complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

*\* Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003 .*

*I - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*II - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*III - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*a) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*b) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*V - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*VI - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*VII - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*VIII - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*§ 1º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*§ 2º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

*§ 3º (Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29/05/2003).*

## TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------